

**CEDI**

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil

Data: 20/03/80

116

## Fazendeiro matou índios diante de um capitão de polícia

São Luís — O coordenador do Setor de Comunicação da Secretaria de Segurança Pública, Coronel Antônio Alves Gondim, concluiu, em inquérito policial, que os dois índios guajajaras, Mateus e Moreira, da aldeia Coquinho, foram assassinados pelo fazendeiro José Maria Moreira Barros, na presença do Capitão da PM José Mateus da Silva e de uma patrulha do destacamento de Barra do Corda. O fazendeiro não foi preso.

Segundo o inquérito, os índios, mortos por vingança, não tinham nada a ver com o ataque desfechado por um grupo de guajajaras, contra a fazenda Santa Luzia, no povoado de Arranca, que resultou na morte de Benedito Moreira Barros (irmão do fazendeiro) e ferimentos em mais três parentes e dois vaqueiros da fazenda.

O Coronel Gondim relatou no inquérito que os índios Mateus e Moreira, na noite de 26 de fevereiro, saíram da aldeia Coquinho para caçar nas matas próximas à aldeia Colônia, quando foram cercados pelo fazendeiro e vaqueiros, armados de espingardas, e por um jipe do 3º BPM, com o capitão José Mateus da Silva e mais seis soldados. Minutos após o cerco, os índios foram fuzilados, sem reagir.

Em depoimento anexado ao inquérito (uma cópia foi entregue ao Secretário de Segurança Pública), o Capitão da PM reconheceu seu erro, mas justificou-se. "Não podia, naquela hora, tomar nenhuma decisão, pois seria pior. Além dos vaqueiros, armados, estavam presentes os parentes do fazendeiro, que queriam, a todo custo, vingar a morte de Benedito. Se eu impedisse a execução, a coisa ia ficar preta. Prefiro não intervir, para evitar uma revolta."

O coordenador do Setor de Comunicação de Segurança admitiu "o medo do Capitão em intervir e agravar a situação", mas acha que seu dever, "como militar, era não se omitir e impedir a morte dos índios". Também não entendeu por que o Capitão não prendeu José Maria Moreira Barros que, até agora, apesar de ter confessado o crime, continua livre.

Ontem, o Coronel Gondim mostrou fotos do corpo de Mateus. Encontrado seis dias após o assassinio, bolando nas águas do rio Mearim, na altura da aldeia Colônia, em Barra da Corda. O corpo de Moreira ainda não foi localizado, mas a polícia continua fazendo as buscas.

No inquérito enviado à comarca de Barra do Corda, o Coronel Gondim pediu a prisão preventiva do fazendeiro e recomendou que seja entregue à Funai o corpo do índio Mateus.

vos da Polícia Militar e da Polícia Federal para apurar denúncias de Dom Moacir Groechet — presidente da Comissão Pastoral da Terra — de que 300 posseiros estão armados para expulsar 40 famílias de índios apurinás no Município de Boca do Acre (AC).

A Funai encaminhou ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária documento pedindo urgente demarcação da área dos apurinás, em Boca do Acre, na altura do quilômetro 45 da BR-347, para evitar um provável conflito armado. Segundo o Bispo, vários políticos estão distribuindo armas para os posseiros.

Esta semana, cerca de 600 posseiros invadiram a sede do INCRA em Boca do Acre — eles estão acampados nas proximidades — e afirmaram que só saem quando os índios forem retirados das terras que dizem serem suas. A questão já provocou o afastamento de quatro funcionários da Funai, inclusive o chefe da ajudância, Ronaldo Oliveira. O chefe do posto indígena de Camacua foi expulso pelos próprios índios.

### SEM PREVISÕES

Porto Alegre — O presidente da Fundação Nacional do Índio, Coronel João Carlos Nobre da Veiga, disse não poder fazer uma previsão sobre quando terminarão os conflitos pela disputa de terras entre colonos e índios, "enquanto não houver sensibilidade da sociedade para com a temática indígena". "Devemos evitar, de qualquer forma, a invasão de terras alheias, por ambos os lados, pois esta é a única maneira de evitarmos os conflitos" — declarou, acrescentando também ser importante que se dê continuidade ao programa de demarcação de terras, para o que, este ano, há recursos no Orçamento federal, "da ordem de Cr\$ 280 milhões. "A Funai já demarcou cerca de 2 milhões de hectares dos 6 milhões previstos.

O presidente da Funai, que ontem à tarde assinou convênio com o Governo do Estado para dar assistência às comunidades indígenas do Rio Grande do Sul, disse que, de acordo com o Estatuto do Índio, a Fundação continuará com a política de integração.

Sobre a situação de remanescentes dos maxacali no Norte de Minas, explicou que está em andamento um projeto de assistência social na região para os indígenas, que "estão praticamente abandonados e a maioria entregue ao vício da cachaça".

A respeito da futura criação do Parque Nacional dos Ianomani, disse que o projeto não será executado antes da conclusão dos estudos antropológicos em andamento, para estabelecer qual será sua área total.

### DENÚNCIA

Brasília — A Fundação Nacional do Índio acionará efeti-